

MUNICÍPIO DE CANOAS / RS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL DE ABERTURA Nº 16/2020

AVISO Nº 04 – RETOMADA DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O Prefeito do Município de Canoas/RS, juntamente com a Fundação La Salle, TORNAM PÚBLICO, o fim da SUSPENSÃO do concurso público Edital de Abertura nº 16/2020, por este Aviso, considerando as disposições a seguir:

1. Cumpre esclarecer, que as inscrições efetivadas no período de 06/03/20 a 23/03/20, data de suspensão deste concurso público, e o pagamento da respectiva taxa de inscrição até a data do vencimento dia 06/04/20, que observaram as regras e procedimentos do Edital de Abertura nº 16/2020, serão considerados válidos, devendo o candidato aguardar a publicação das listas preliminares de inscritos e o respectivo período de recurso administrativo, como forma de confirmar a regularidade de sua inscrição, observado o novo cronograma de execução descrito a seguir neste Aviso.

2. O candidato inscrito que efetuou o pagamento da taxa de inscrição e tem o interesse em cancelar sua participação neste concurso público poderá requerer a devolução do valor pago pela inscrição, considerando o preenchimento, assinatura e entrega do **Anexo 1 – Formulário de Devolução da Taxa de Inscrição** deste Aviso, cópia do boleto de inscrição e do comprovante de pagamento bancário, anexados em mensagem ao endereço eletrônico recursos@fundacaolasalle.org.br, observado o período específico para este fim contido no novo cronograma de execução deste Aviso.

3. Informamos, ainda, que as novas datas de provas informadas no novo cronograma estabelecido neste aviso, considerarão os protocolos vigentes na região de aplicação de provas à época, conforme determinação do Governo Estadual e Municipal, com base na prevenção à propagação da infecção pelo COVID-19 (novo corona vírus), que visa resguardar a segurança de candidatos, colaboradores e comunidade em geral.

4. QUANTO A RETIFICAÇÃO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO EDITAL, CONFORME ITENS RELACIONADOS ABAIXO:

ONDE SE LÊ:

3. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

3.1 Os períodos estabelecidos neste cronograma, inclusive a data das provas seletivas, poderão ser alterados durante o Concurso Público, havendo divulgação oficial no site www.fundacaolasalle.org.br/concursos, e sem prejuízo das orientações e ditames deste Edital.

PROCEDIMENTOS	DATAS
Publicação do Edital de Abertura na íntegra no site www.fundacaolasalle.org.br/concursos	06/03/20
Inscrições pela internet, através do site www.fundacaolasalle.org.br/concursos (as inscrições encerram-se às 18h do último dia previsto neste cronograma)	06/03 a 03/04/20
Período para entrega da documentação de solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição	17 a 19/03/20
Publicação de Aviso sobre o resultado preliminar das solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição	24/03/20
Período de recebimento de recursos administrativos sobre resultado preliminar de isenção do pagamento da taxa de inscrição	25 a 27/03/20
Publicação de Aviso sobre o resultado homologado das solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição	01/04/20
Último dia para pagamento do boleto bancário da taxa de inscrição	06/04/20

Último dia para entrega do atestado médico e Anexo II – Formulário de Requerimento de Inscrição na Cota para Pessoas Com Deficiência (PCD) e de Condições Especiais para as Provas Objetivas	06/04/20
Último dia para a entrega de cópia autenticada da declaração e/ou certidão fornecida pelo Poder Judiciário de que exerce ou exerceu, em qualquer momento, a função de jurado em júri criminal, de modo a ter preferência no critério de desempate final	06/04/20
Publicação de Aviso com as listas preliminares de inscritos por cota de acesso e com Condições Especiais para as Provas Objetivas	14/04/20
Período de recebimento de recursos administrativos sobre as listas preliminares de inscritos	15 a 17/04/20
Publicação de Aviso com as listas homologadas de inscritos por cota de acesso e com Condições Especiais para as Provas Objetivas	24/04/20
Publicação de Aviso sobre a liberação da consulta do local e horário das provas objetivas	15/05/20
Data provável de aplicação das provas objetivas	24/05/20
Período para comprovação da identidade devido coleta de impressão digital na prova objetiva (para os casos onde houver necessidade de coleta de digital, conforme rege este Edital)	25/05 a 04/06/20
Publicação de Aviso com os gabaritos preliminares das provas objetivas	25/05/20
Ato público para abertura do lacre dos envelopes das grades de respostas das provas objetivas, para leitura óptica, na Sede da Fundação La Salle às 9horas	26/05/20
Período de recebimento de recursos administrativos sobre os gabaritos preliminares das provas objetivas	26 a 28/05/20
Publicação de Aviso com os gabaritos oficiais das provas objetivas	08/06/20
Publicação das respostas dos recursos administrativos sobre questões contestadas do gabarito preliminar das provas objetivas	08/06/20
Publicação de Aviso de divulgação das notas preliminares e das grades de respostas das provas objetivas	10/06/20
Período de recebimento de recursos administrativos das notas preliminares das provas objetivas	15 a 17/06/20
Publicação de Aviso de divulgação das notas oficiais e das grades de respostas das provas objetivas	18/06/20
Publicação de Aviso de convocação para a realização das provas de aptidão física	19/06/20
Data provável de aplicação das provas de aptidão física	27/06/20
Publicação do Aviso de divulgação do resultado preliminar das provas de aptidão física, para consulta individual no site	01/07/20
Período de recebimento de recursos administrativos do resultado preliminar das provas de aptidão física	02, 03 e 06/07/20
Período de divulgação do resultado homologado das provas de aptidão física para consulta individual no site	08/07/20
Publicação de Aviso de convocação para a realização dos exames de aptidão psicológica	09/07/20
Período provável da primeira aplicação dos exames de aptidão psicológica	18 a 23/07/20
Publicação do Aviso de divulgação do resultado preliminar dos exames de aptidão psicológica, para consulta individual no site	04/08/20
Período de recebimento de recursos administrativos do resultado preliminar dos exames de aptidão psicológica, para fins da entrevista devolutiva e nova avaliação psicológica para candidatos INAPTOS	05 a 07/08/20
Publicação do Aviso de convocação para a entrevista devolutiva	11/08/20
Data provável da entrevista devolutiva para candidatos INAPTOS na avaliação psicológica	14/08/20
Publicação do Aviso de convocação para a nova avaliação psicológica	17/08/20
Data provável da segunda aplicação dos exames de aptidão psicológica	25/08/20
Publicação do Aviso de divulgação do resultado homologado da segunda aplicação dos exames de aptidão psicológica, para consulta individual no site	01/09/20

Publicação de Aviso com a Composição e Qualificação da Banca Examinadora das Provas Seletivas	02/09/20
Publicação da lista homologada de aprovados do Cargo/Ocupação, com classificação e notas detalhadas	03/09/20
Publicação do Edital de Encerramento	03/09/20

LEIA-SE:

3. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

3.1 Os períodos estabelecidos neste cronograma, inclusive a data das provas seletivas, poderão ser alterados durante o Concurso Público, havendo divulgação oficial no site www.fundacaolasalle.org.br/concursos, e sem prejuízo das orientações e ditames deste Edital.

PROCEDIMENTOS	DATAS
Publicação do Edital de Abertura na íntegra no site www.fundacaolasalle.org.br/concursos	06/03/20
Inscrições pela internet, através do site www.fundacaolasalle.org.br/concursos (as inscrições encerram-se às 18h do último dia previsto neste cronograma)	12/07 a 05/08/21
Período para entrega da documentação de solicitação de isenção de pagamento da taxa de inscrição	12 a 16/07/21
Período para pedir a devolução do valor da taxa de inscrição, por desistência do candidato em participar do concurso público	12 a 16/07/21
Publicação de Aviso sobre o resultado preliminar das solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição e da devolução da taxa de inscrição por desistência do candidato em participar do concurso público	26/07/21
Período de recebimento de recursos administrativos sobre resultado preliminar de isenção do pagamento da taxa de inscrição e da devolução da taxa de inscrição por desistência do candidato em participar do concurso público	27 a 29/07/21
Publicação de Aviso sobre o resultado homologado das solicitações de isenção do pagamento da taxa de inscrição e da devolução da taxa de inscrição por desistência do candidato em participar do concurso público	03/08/21
Último dia para pagamento do boleto bancário da taxa de inscrição	06/08/21
Último dia para entrega do atestado médico e Anexo II – Formulário de Requerimento de Inscrição na Cota para Pessoas Com Deficiência (PCD) e de Condições Especiais para as Provas Objetivas	06/08/21
Último dia para entrega do Anexo II – Formulário de Requerimento de Inscrição na Cota para Pessoas Com Deficiência (PCD) e de Condições Especiais para as Provas Objetivas, por candidatos que necessitam de atendimento especial	06/08/21
Último dia para a entrega de cópia autenticada da declaração e/ou certidão fornecida pelo Poder Judiciário de que exerce ou exerceu, em qualquer momento, a função de jurado em júri criminal, de modo a ter preferência no critério de desempate final	06/08/21
Publicação de Aviso com as listas preliminares de inscritos por cota de acesso e com Condições Especiais para as Provas Objetivas	17/08/21
Período de recebimento de recursos administrativos sobre as listas preliminares de inscritos	18 a 20/08/21
Publicação de Aviso com as listas homologadas de inscritos por cota de acesso e com Condições Especiais para as Provas Objetivas	30/08/21
Publicação de Aviso sobre a liberação da consulta do local e horário das provas objetivas	17/09/21
Data provável de aplicação das provas objetivas	26/09/21
Período para comprovação da identidade devido coleta de impressão digital na prova objetiva (para os casos onde houver necessidade de coleta de digital, conforme rege este Edital)	27/09 a 06/10/21
Publicação de Aviso com os gabaritos preliminares das provas objetivas	27/09/21
Ato público para abertura do lacre dos envelopes das grades de respostas das provas objetivas, para leitura óptica, na Sede da Fundação La Salle às 9 horas	28/09/09

Período de recebimento de recursos administrativos sobre os gabaritos preliminares das provas objetivas	28 a 30/09/21
Publicação de Aviso com os gabaritos oficiais das provas objetivas	13/10/21
Publicação das respostas dos recursos administrativos sobre questões contestadas do gabarito preliminar das provas objetivas	13/10/21
Publicação de Aviso de divulgação das notas preliminares e das grades de respostas das provas objetivas	15/10/21
Período de recebimento de recursos administrativos das notas preliminares das provas objetivas	18 a 20/10/21
Publicação de Aviso de divulgação das notas oficiais e das grades de respostas das provas objetivas	25/10/21
Publicação de Aviso de convocação para a realização das provas de aptidão física	28/10/21
Data provável de aplicação das provas de aptidão física	06/11/21
Publicação do Aviso de divulgação do resultado preliminar das provas de aptidão física, para consulta individual no site	10/11/21
Período de recebimento de recursos administrativos do resultado preliminar das provas de aptidão física	11, 12 e 16/11/21
Período de divulgação do resultado homologado das provas de aptidão física	18/11/21
Publicação de Aviso de convocação para a realização dos exames de aptidão psicológica	18/11/21
Período provável da primeira aplicação dos exames de aptidão psicológica	27/11 a 02/12/21
Publicação do Aviso de divulgação do resultado preliminar dos exames de aptidão psicológica	14/12/21
Período de recebimento de recursos administrativos do resultado preliminar dos exames de aptidão psicológica, para fins da entrevista devolutiva e nova avaliação psicológica para candidatos INAPTOS	15 a 17/12/21
Publicação do Aviso de convocação para a entrevista devolutiva	11/01/22
Data provável da entrevista devolutiva para candidatos INAPTOS na avaliação psicológica	14/01/22
Publicação do Aviso de convocação para a nova avaliação psicológica	18/01/22
Data provável da segunda aplicação dos exames de aptidão psicológica	27/01/22
Publicação do Aviso de divulgação do resultado homologado da segunda aplicação dos exames de aptidão psicológica, para consulta individual no site	02/02/22
Publicação de Aviso com a Composição e Qualificação da Banca Examinadora das Provas Seletivas	02/02/22
Publicação da lista homologada de aprovados do Cargo/Ocupação, com classificação e notas detalhadas	04/02/22
Publicação do Edital de Encerramento	04/02/22

ONDE SE LÊ:

Anexo V – Conteúdos Programáticos e Bibliografia Sugerida por Cargo Público

Observação: Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo alterações e atualizações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais, até a data da publicação do Aviso de Abertura de Inscrições.

CONHECIMENTOS GERAIS - LEGISLAÇÃO

Conteúdos Programáticos:

Constituição Federal. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Lei Orgânica do Município de Canoas. Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Canoas. Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta. Cargos, Carreiras e Sistema de Remuneração do Quadro Geral da Administração Pública de Canoas.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

MUNICÍPIO DE CANOAS. Lei Orgânica do Município de Canoas.

_____. Lei Nº 2214/84 Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Canoas.

Lei Nº 5.877, de 31 de outubro de 2014. Dispõe sobre os Cargos, as Carreiras e o Sistema de Remuneração do Quadro Geral da Administração Pública de Canoas.

Decreto Nº 351, de 09 de dezembro de 2014. Institui o Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta. Canoas, 2014.

Lei Nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2003.

Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conteúdos Programáticos:

Administração Pública. Poder de polícia. Atos administrativos. Serviço público. Responsabilidade civil do Estado. Código Penal Brasileiro. Código de Processo Penal Brasileiro. Lei Maria da Penha. Abuso de autoridade. Estatuto do Desarmamento. Lei de Licitações. Lei antidrogas. Código de Trânsito Brasileiro. Estatuto Geral dos Guardas Municipais. Direitos do Consumidor. Lei dos Crimes Hediondos. Lei dos Crimes de Tortura. Noções de Direito Ambiental: proteção dos Animais e crimes contra a fauna preservação das florestas e reservas, edificações irregulares, pichação, proteção à biodiversidade. Estatuto da Igualdade Racial (Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010). Lei das Contravenções Penais. Lei que Institui a Guarda Municipal de Canoas dispõe sobre a Corregedoria e a Ouvidoria da Guarda Municipal de Canoas e dá outras providências.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Lei nº. 13.869, de 05 de setembro de 2019. Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.

_____. Código Penal Brasileiro e suas atualizações. Brasília, Senado Federal.

Decreto Lei N.º 3.688, de 03 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. Brasília, 1941.

_____. Lei N.º 8.078, De 11 de setembro de 1990 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Brasília, 1990.

_____. Lei N.º 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.

_____. Lei N.º 9.455, de 07 de abril de 1997. Define os crimes de Tortura e dá outras providências. Brasília, 1997.

_____. Lei N.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, 1998.

_____. Lei N.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 2002.

_____. Lei N.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o Estatuto do Desarmamento. Brasília, 2003.

_____. Lei N.º 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, 2006.

_____. Lei N.º 12.288, de 20 de julho de 2010 e suas alterações/atualizações. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010.

_____. Lei N.º 11.340, de 07 de agosto de 2006 e suas alterações/atualizações. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 82 do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

_____. Lei N.º 13.022/2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral dos Guardas Municipais. Brasília: Senado Federal, 2014.

_____. Lei Complementar nº 6, de 23 de setembro de 2016. Institui a Guarda Municipal de Canoas, dispõe sobre a Corregedoria e a Ouvidoria da Guarda Municipal de Canoas e dá outras providências.

LEIA-SE:

Anexo V – Conteúdos Programáticos e Bibliografia Sugerida por Cargo Público

Observação: Considerar-se-á a legislação vigente, incluindo alterações e atualizações, legislações complementares, súmulas, jurisprudência e/ou orientações jurisprudenciais, até a data da publicação do Aviso de Abertura de Inscrições.

CONHECIMENTOS GERAIS - LEGISLAÇÃO

Conteúdos Programáticos:

Constituição Federal. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto do Idoso. Lei Orgânica do Município de Canoas. Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Canoas. **Regime Próprio de Previdência Social do Município de Canoas.** Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta. Cargos, Carreiras e Sistema de Remuneração do Quadro Geral da Administração Pública de Canoas.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

Lei Nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2003.

Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1990.

MUNICÍPIO DE CANOAS. Lei Orgânica do Município de Canoas **e emendas.**

_____. Lei nº 2.214, de 29 de junho de 1984 **e alterações.** Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Canoas.

_____. **Lei nº 5.082, de 11 de maio de 2006 e alterações.** Dispõe sobre o Regime Próprio de Previdência Social do Município.

Lei Nº 5.877, de 31 de outubro de 2014 **e alterações** Dispõem sobre os Cargos, as Carreiras e o Sistema de Remuneração do Quadro Geral da Administração Pública de Canoas.

Decreto Nº 351, de 09 de dezembro de 2014. Institui o Código de Conduta Ética dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta. Canoas, 2014.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Conteúdos Programáticos:

Administração Pública. Poder de polícia. Atos administrativos. Serviço público. Responsabilidade civil do Estado. Código Penal Brasileiro. Código de Processo Penal Brasileiro. Lei Maria da Penha. Abuso de autoridade. Estatuto do Desarmamento. Lei de Licitações. Lei antidrogas. Código de Trânsito Brasileiro. Estatuto Geral dos Guardas Municipais. Direitos do Consumidor. Lei dos Crimes Hediondos. Lei dos Crimes de Tortura. Noções de Direito Ambiental: proteção dos Animais e crimes contra a fauna preservação das florestas e reservas, edificações irregulares, pichação, proteção à biodiversidade. Estatuto da Igualdade Racial (Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010). Lei das Contravenções Penais. Lei que Institui a Guarda Municipal de Canoas dispõe sobre a Corregedoria e a Ouvidoria da Guarda Municipal de Canoas e dá outras providências.

Bibliografia Sugerida:

BRASIL. Lei nº. 13.869, de 05 de setembro de 2019. Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.

_____. Código Penal Brasileiro e suas atualizações. Brasília, Senado Federal.

Decreto Lei N.º 3.688, de 03 de outubro de 1941. Lei das Contravenções Penais. Brasília, 1941.

_____. Lei N.º 8.078, De 11 de setembro de 1990 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, 1990.

_____. Lei Nº 8.072, de 25 de julho de 1990 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Brasília, 1990.

_____. Lei N.º 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. Lei N.º 9.503, de 23 de setembro de 1997 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.

_____. Lei N.º 9.455, de 07 de abril de 1997. Define os crimes de Tortura e dá outras providências. Brasília, 1997.

_____. Lei N.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília. 1998.

_____. Lei N.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, 2002.

_____. Lei N.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003 e suas alterações/atualizações. Dispõe sobre o Estatuto do Desarmamento. Brasília, 2003.

_____. Lei N.º 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, 2006.

_____. Lei N.º 12.288, de 20 de julho de 2010 e suas alterações/atualizações. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, 10.778, de 24 de novembro de 2003. Brasília, 2010.

_____. Lei N.º 11.340, de 07 de agosto de 2006 e suas alterações/atualizações. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 82 do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher.

_____. Lei N.º 13.022/2014. Dispõe sobre o Estatuto Geral dos Guardas Municipais. Brasília: Senado Federal, 2014.

_____. Lei Complementar nº 6, de 23 de setembro de 2016. Institui a Guarda Municipal de Canoas, dispõe sobre a Corregedoria e a Ouvidoria da Guarda Municipal de Canoas e dá outras providências.

ANEXO I - FORMULÁRIO DE DEVOLUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

PERÍODO PARA EFETUAR A REQUISIÇÃO – 12 A 16 DE JULHO 2021

Eu, _____ inscrito no CPF sob o nº _____, inscrito no Concurso Público Edital de Abertura nº 16/2020 do Município de Canoas, para o Cargo de Guarda Municipal, sob o número de inscrição _____, solicito a devolução, por depósito bancário em conta corrente/poupança, conforme forma indicada abaixo, do valor pago pela taxa de inscrição de R\$ 98,52 (noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos), **considerando a desistência em participar deste Concurso Público.**

1 – Devolução por Depósito Bancário:

Nome do Titular da Conta: _____

CPF do Titular da Conta: _____

Banco: _____

Nº da Agência: _____ Nº da Conta: _____

1.1 – Marque a opção de conta bancária para depósito informada:

Conta Corrente:

Conta Poupança:

Assinatura do Candidato (a)

MUNICÍPIO DE CANOAS-RS, EM 12 de Julho de 2021.

Jairo Jorge da Silva,
Prefeito Municipal
Registre-se e Publique-se
E Cumpra-se
